

## **A SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL: O NOVO CAMINHO QUE NÃO COMEÇOU.**

Profa. Dra. Maria Fátima de Sousa<sup>1</sup>

Instituído há 23 anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco na mudança no modelo de atenção no Brasil. Maior política social do país, atende desde a vacinação, programas específicos dirigidos aos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos) e de situações de risco e/ou agravos. Reconhecido pela Organização Mundial de Saúde como exemplo de sistema de serviços universais no cuidado à saúde.

Entretanto, o SUS no Distrito Federal, com muito mais recursos, é diferente do que precisamos. Ele vem sendo desmontado por décadas, por seguidos governos, que descumprem o dever do Estado no atendimento das necessidades e direitos humanos básicos (CF de 1988; Art. 6º - Direitos Sociais). Portanto, a presença do setor privado deve ser complementar. No SUS todos os serviços de assistência à saúde podem ser complementados por contrato ou convênio com terceiros, desde que comprovada a insuficiência dos serviços pelos entes públicos responsáveis pela saúde (art. 24 da Lei 8.080/90).

O Estado deve garantir o acesso universal aos bens e serviços essenciais à dignidade humana, não garantida pelo mercado. E quando necessária a presença do mercado, o Estado deve assumir seu papel regular e protetor da saúde. O que não se aplica ao DF, por apresentar em sua rede assistencial, condições humana, tecnológica e de infraestrutura para cumprir as obrigações Constitucionais.

Recordemos um episódio de 2008, quando o então governador José Roberto Arruda anunciou que o Hospital Regional de Santa Maria seria administrado por uma Organização Social. Os movimentos sociais e acadêmicos logo questionaram. Agueridos, lutaram contra a privatização do Hospital. Na ocasião, uma das vozes que mais soaram em defesa do SUS, foi a do Partido dos Trabalhadores, que ao se apresentar como uma proposta de construção de um novo caminho nas eleições de 2010, colocou no programa de governo uma dura crítica à gestão por OS's e assumiu um compromisso pelo fortalecimento do SUS e na luta contra a privatização.

As palavras do atual Governador Agnelo, em campanha, no ato de sua posse, e durante as visitas nos primeiros dias de governo aos hospitais eram: “Serei o secretário de Saúde...Vou cuidar pessoalmente desta pasta...”. Palavras aos ventos? Contradições ideológicas, político-administrativa do governo? Somente o Governador pode responder àqueles que votaram em confiança às “promessas”.

O Edital de Chamada Pública Nº 01/2012 transfere sua responsabilidade com a saúde dos brasilienses para o setor privado por meio das Parcerias Público-Privadas. Revela a desresponsabilização do Estado em definir um modelo de atenção à saúde, com base nos valores e princípios orientadores do SUS. Demonstra que o Governo do DF abre mão, inclusive, de responder pela organização dos serviços no âmbito da

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública/NESP/CEAM/UnB.

Atenção Primária à Saúde por meio da Estratégia Saúde da Família e da convocação da população, na figura dos Agentes Comunitários de Saúde, para reedificar a saúde no DF e efetivar o direito à saúde para os moradores da capital de Brasília.

Senhor Governador, o discurso da inovação da gestão pública governamental, no enfrentamento das amarras legislativas e estatais que coíbem o fortalecimento e ampliação do SUS, não pode ser usado como desculpa para a desestatização das ações e serviço públicos de saúde por meio das PPPs. É preciso reimprimir a ética em defesa da vida e de um sistema que possa protegê-la em todas as suas dimensões. E o DF não pode se furtar dessa responsabilidade.